

ENTREVISTA

CAMINHOS DA RESILIÊNCIA: Entrevista com Rosilene Tuxá sobre Ancestralidade, Lutas Indígenas e Educação Escolar Diferenciada

Telma Cruz Costa¹
(PPGCC/UNEB)



Apresentação: Rosilene Tuxá possui Graduação em História pela Universidade de Pernambuco - UPE (1996), Graduação em Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - Ciências Matemática e da Natureza pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2006), Especialização em História do Brasil pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco - CESVASF (2006), Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2011), Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília - UNB. Atualmente

1. Doutoranda em Crítica Cultural (PPGCC/UNEB). Endereço eletrônico: telmacruz@gmail.com.

é Professora do Magistério Superior, Dedicção Exclusiva da Universidade Federal do Amapá, atua na Área de Ciências Humanas (História e Antropologia) e Educação; Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena; Desenvolve pesquisa com povos indígenas, atuando como pesquisadora indígena do OPARÁ: Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Práticas em Educação Intercultural em Ciências da Natureza e Matemática - GECIM da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

Acesse o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2825213550525038>.

Telma: Quais memórias você tem das experiências ancestrais vividas na sua comunidade?

Rosilene: Ao rememorar as experiências ancestrais, ao rememorar as minhas memórias de vivência, me dou conta que o mais prazeroso e significativo deste percurso são os caminhos percorridos que se entrelaçam. Percorrer, perceber que é muito fortemente os caminhos dos lugares por onde andei, revelam aquilo que há de mais fundamental na produção indígena de mulher, antropóloga, gestora, enfim meus múltiplos *eus*, né? Da forma como venho construindo: os desafios enfrentados, as dificuldades superadas, os caminhos improváveis que foram construídos, as afinidades e diferenças, as relações e os vínculos criados e cultivados. O lugar de referência!!! Minha aldeia, minha terra! As paixões e decepções, os desafios, as possibilidades de estimular outras pessoas com ideias e oportunidades. Os encantos e desencantos. As belezas encontradas nos cantos da vida. A fortaleza em acreditar, superar, e entender que resistir é não se entregar ao fracasso, né? E lutar por aquilo que acredito ser o melhor para mim e para o meu povo. Reflito sobre isso quando penso nessa rememoração das minhas experiências ancestrais, das minhas experiências enquanto criança, enquanto adolescente, no território ilha, território terra firme, território novo. As minhas memórias ancestrais, elas me remetem sempre às minhas proteções ancestrais, aos meus mestres, aos meus guias, estes que estão sempre a caminhar comigo. Sempre

junto ao meu corpo, alma, mente e situações que vão para além do meu corpo, para além da minha fala, para além do meu fazer, das minhas atitudes, mas com a certeza de que sou guiada, orientada e também protegida por eles, meus mestres, meus guias. Estes, que por mais que as distâncias percorridas no meu caminhar me levem para longe de minhas raízes, eles me trazem de volta, pois nunca me senti só. Essas presenças estão para além das distâncias, para além do meu querer, para além das territorialidades percorridas, elas estão vivas no meu ser me orientando e mostrando os caminhos possíveis. Quantas vezes quis me inserir no particular, nos rituais, no particular Tuxá e quantas vezes me foi retirada porque esse ritual ele era somente para os mais velhos, as pessoas mais velhas. As pessoas jovens não podiam participar e com o contexto de barragem, os jovens foram convidados a participar, convidados pela nossa ancestralidade, pelos nossos mestres, pelos nossos guias. Então, rememorar as experiências ancestrais, é também rememorar esses momentos de querer me inserir em um contexto que não me era permitido por ser muito jovem, e que hoje me é permitido. Então é dialogar com essas experiências é dialogar com a minha ancestralidade com os meus guias, com os meus mestres, com as vivências cotidianas, eles estão sempre presentes. Parte da minha infância e adolescência se dá em meio a esse contexto, em que nosso povo atravessava um processo de diásporas de perdas e de novas territorializações, novas formas de organização e reorganização social, novo reordenamento sócio cultural. Advindo dos processos de diáspora por conta do contexto de barragem. Então, a minha infância, a minha adolescência foi nesse meio, e no entanto, esse não foi o primeiro episódio de des territorialização do nosso povo, dessa quebra de vínculos, de perda e de des controle das territorialidades pessoais, coletivas, de perda, de acesso a territórios econômicos, culturais, simbólicos ou de afastamento deles e de novos processos de territorialização. Então, esse último, provocado por barragem, foi um verdadeiro ecocídio do território ancestral, do nosso território. Hoje restando apenas uma ponta desse território, o território ancestral D'zorrobabé onde estão nossas ancestralidades, onde estão nossas forças. Assim, é preciso entender os muitos caminhos que conduziram o meu povo, as nossas relações do presente e nossas perspectivas de futuro. Eu costumo dizer que na minha infância, a minha adolescência foi um pé na canoa e outro na

terra, um território escolarizado, porque nós vivíamos no território ilha para usufruir da nossa mãe terra, e do território escolarizado porque tínhamos que frequentar a escola do outro lado do rio. Então, essa vivência era uma vivência de navegabilidade e, nessa navegabilidade, as nossas canoas, os meus pais, meus tios, meus avós estavam sempre navegando remando com nosso povo, nós todos crianças. E, nesse vai e vem, nessa relação com o rio com o serrote, onde mora os nossos encantos, com os mitos das vivências com rio, como diz a minha mãe “as visagens”. Eram muitas visagens porque nossos pais, nossos avós e nós navegávamos a noite também, então nossas visagens eram nossas proteções, eram nossos ancestrais. Então, nessa memorização, a gente rememora as experiências ancestrais a partir dessa relação com o território ilha, com o território água, com território serrote, com território aldeia. O meu território de origem, ele é um passado, mas ele é um passado vivo, é um passado feliz, parafraseando as palavras de um ancião da minha comunidade: “éramos felizes e não sabíamos”. Nesse momento, é importante pensar nessa questão de que “éramos felizes e não sabíamos”, porque éramos felizes na relação com o nosso território. Isso é importante refletir. Quanta emoção, quanta saudade, lembranças, riquezas, histórias e vidas foram interrompidas no território submerso em nome do progresso. E quanto que isso é vivo nos nossos jovens, nossos jovens que não viveram concretamente esse território, vivem o território nas palavras e na saudade dos mais velhos, que contam as suas vivências. Então, ouvir os jovens hoje, é ouvir como se esses jovens tivessem vivido naquele território ancestral, mas eles vivem hoje a partir da memória, da contação de histórias e de como os mais velhos contam essa história, com saudades, com lembranças, com riquezas, com histórias vivas de vida. Então, essa vivência é uma vivência ancestral concreta, é a vivência da emoção, a partir da emoção, a partir da saudade, a partir das lembranças contadas. Lembranças dos que viveram, escuta dos que não viveram, mas que lembram a partir da contação de história. Então, isso é muito forte! Viver essa ancestralidade! Então, rememorar as minhas experiências ancestrais, é rememorar também essa multiplicidade de *eus* que me incorporo, que carrego em mim. Isso me coloca em situações em que me posiciono em contexto de coexistência simultânea de coisas antagônicas o tempo todo. Quantas vezes eu me vejo com o corpo presente e alma distância em situações de

enfrentamento, tendo que concordar com o corpo e discordar com a alma. Buscando sempre atender o que determina as minhas epistemologias e as minhas referências de vida. Posso afirmar então que foi com a sabedoria daqueles que estiveram e estão sempre à minha frente, a minha ancestralidade, os meus guias me guiando com os meus múltiplos *eus* que conseguem fazer com que estes múltiplos *eus* seja uma pessoa única, é uma só pessoa. Esse eu que está nas diversas territorialidades e, principalmente, na territorialização na educação. Penso que a nossa educação é uma educação territorializada, é uma educação que nasce no chão do nosso território. Uma territorialidade que perpassa por todo um saber ancestral, um saber cultural, um saber identitário que reforça cada vez mais os sujeitos, o povo Tuxá, com essa força que temos. E principalmente quando pensamos hoje no trabalho que estamos desenvolvendo em relação à língua Dzubukuá, pensando esse Dzubukuá, Tuxá contemporâneo, mas que ele é reavivado a partir de uma ancestralidade, a partir de um ritual. Nós então podemos afirmar que esse reavivar, essa retomada de saberes ancestrais, da atualização cultural e identitária, mas também dá saudade e das lembranças culturais. É o saber do coração e da memória, isso acredito eu que conceitua bem, também os Dzubukuá, Tuxá que vivemos hoje neste reavivado de um trabalho intercultural, escola comunidade. Então, o que mais me traz na memória das experiências ancestrais é a profundidade da relação com os lugares, os lugares que nós, nosso povo, considera como lugares sagrados. Os lugares ficaram submersos, mas os lugares também estão no nosso cotidiano contemporâneo. Então, essa profundidade da relação com os lugares, ela expressa em conceitos muito particular, do nosso particular, e sublinha, vamos dizer, dinâmicas e princípios cosmológicos, que apontam para maneiras peculiares de estruturação da nossa experiência. Esse argumento dialoga com os sentidos de continuidade da vida Tuxá, veiculada nos movimentos etnopolíticos mais contemporâneos de luta política, luta pela retomada do nosso território, um território que foi nos tirado e explora a profundidade de noções de espaço e de pessoa, de um povo que é muito forte na perspectiva de uma sabedoria própria, de uma fortaleza própria que nunca deixou de, vamos dizer assim, nunca deixou se abalar com tantos processos bruscos de desterritorialização, e reterritorialização. E que mesmo com toda retirada do nosso território ancestral, as nossas

experiências ancestrais se tornam cada vez mais fortes, porque nós nunca nos distanciamos dos nossos que estão presentes, sejam eles presentes em corpo ou presente em alma. Então, pensar nas minhas experiências ancestrais é refletir sobre elementos que configuram a territorialidade do meu povo, como complexo de práticas ritual e alimentar, que se conectam numa rede de relações com os lugares e suas simbologias, com pessoas e com e seus significados e afetos e com os entes e seus apreços. Então, essa relação revela, ela é revelada na intercessão sobrenatural, que hoje se conecta ao território Dzorobabé, e tem essa presença tão forte e tão necessária para o nosso povo nos dias atuais. Então, as vivências e experiências ancestrais que mais marcaram a minha vida em comunidade foram situações em contexto de ritual, de festivos e do particular. E principalmente o percurso que eu considero uma memória muito boa na minha vida pessoa, que foi o que os meus pais sempre e meus irmãos, principalmente também, sempre viveram remando por entre águas, as águas profundas, por entre as margens de Ilhas e ilhotas, corredores de águas cortantes e terras, cachoeiras, pedregulhos modos próprios de circulação e de conhecimento, derivados da complexa relação cotidiana com rio, com as canoas, com os lugares, com a terra e com eles, os encantos, que o nosso povo mais precisamente viveu na sua mais densa forma de vida relacional e de modos de produção de lugares até a mudança para atual aldeia Tuxá-Mãe nos finais dos anos 1980, quando o território Tuxá virou lago, ou seja, ficou submerso nas águas do rio Opará, do nosso rio Opará, do nosso Rio São Francisco. Essas vivências, elas me rememoram muito, principalmente, na nossa convivência com esse rio, não só nos processos de navegabilidade, mas principalmente nos momentos de lazer, de banhos, de convivência no rio, de troca alimentar. Então, isso é fundamental para formação do nosso corpo, corpo território que nós, povos indígenas, temos na nossa concepção de território.

Telma: Como você descreve a luta do seu povo no nordeste da Bahia?

Rosilene: A luta do meu povo é uma luta que nós podemos caracterizar como uma luta de resiliência, de experiência, de resistência, de fortalecer mesmo. Eu acho que é um exemplo para os demais povos. O povo Tuxá não lutou, e não luta somente pelo povo Tuxá, mas também por outros povos.

Existia um tempo em que os Tuxá tiveram uma luta de reconhecimento pelos outros parentes perante ao SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Então, nós temos hoje um reconhecimento por parte de outros povos no Nordeste, por esse reconhecimento, por essa identificação que os Tuxá encamparam em defesa de outros povos indígenas. Então, é um fortalecimento em um plano de sobrevivência, não somente do povo Tuxá, mas da sobrevivência de outros povos também. Então é uma resiliência, e é uma experiência, um exemplo que serve de experiência para que sirva de inspiração para outros povos, para outras lutas. É uma luta importante que o povo Tuxá investiu depois da imersão do território, foi um investimento na escola, na produção de ritual, e na produção de alimentos. Então essas são algumas das estratégias utilizadas para continuar produzindo conhecimento e trocas, relações com o meio, com pessoas, a partir de um contexto territorial, sem muitas referências, mas com as referências de um território ancestral que fica na memória e na contação de histórias. E espaços conquistados, espaços novos a serem conquistados, uma realidade encontrada na atual aldeia Tuxá-Mãe, e no território Dzorobabé. E isso em fase de adaptação, de readaptação, e de novas relações com os sujeitos ao entorno. É uma disputa territorial, uma luta que carrega toda uma força ancestral, e que essa luta, ela tem uma fortaleza tão grande ancorada nessa ancestralidade, que ela serve, ela é vista como uma questão que irradia para outros povos, para que se fortaleçam também na nossa luta. Então a luta do nosso povo, do povo Tuxá, é uma luta também de referência para os demais povos do Nordeste da Bahia. É uma luta fundamental que inspira outras lutas, outras referências. É uma referência para inspirar outras referências dos povos indígenas da Bahia. Continuamos com a troca. Nós somos um povo que é um povo que troca, que dá de si e troca experiências rituais, alimentares que alimentam não somente o corpo, mas alimentam a alma também.

Telma: Você poderia relatar os aspectos relevantes no seu ponto de vista para a retomada da terra do povo Tuxá, de Rodelas/BA?

Rosilene: A retomada da terra do meu povo ela com certeza tem muitos aspectos relevantes para o fortalecimento do Povo, né? Essa retomada re-trata, retoma, reaviva um território adormecido. Uma pontinha do territó-

rio Dzorubabé adormecido, onde foi um território de vivência cotidiana do nosso Povo. Muito tempo atrás existia o povo das ilhas, o povo do rio e os povos das matas, então a pontinha hoje que é o território de retomada é onde concentrava o povo da mata, era ali que os Tuxá faziam fogueira quando fazia uma caçada e a fogueira era o mesmo que “chamando os povos do rio” para vir comer a caça e da mesma forma os povos do rio faziam quando tinham um peixe para dividir, então nessa perspectiva a gente costuma dizer que nós somos povos de produção de alimento e de troca de alimentos. Esse alimento que alimenta não somente o corpo, mas a alma também! E os aspectos relevantes da retomada do Território é reavivado dessa centralidade e retroalimenta o corpo e a alma a partir do território ancestral, da Terra em retomada, do Território D’zorobabé, onde está a nossa ancestralidade, portanto nós vamos para o D’zorobabé para nos energizar com a nossa centralidade. Esse é um aspecto relevante de fortalecimento da ancestralidade, de fortalecimento da cultura e de fortalecimento da língua Dzubukuá, esse é um dos aspectos. E um outro aspecto é a união que traz o Território! Território traz uma unidade e a retomada no D’zorobabé traz uma unidade do Povo, essa unidade que foi quebrada com diáspora impulsionada pela barragem onde o povo se divide, mas o povo que fica vai sempre buscando ter a sua unidade e os territórios D’zorobabé traz esse aspecto relevante dessa unidade. Uma unidade que fortalece a cultura, fortalece a identidade, fortalece o povo enquanto povo indígena. Então são aspectos relevantes que fortalecem a cultura, fortalece a organização social, política e também econômica do Povo. A retomada, com certeza, traz aspectos relevantes nessa perspectiva de consolidação de uma unidade de um povo que sempre foi uma unidade e devido a diáspora do impacto da barragem, sofreu essa divisão e que se reestrutura nessa unidade, a partir de uma orientação ancestral, que é quando os jovens são chamados para participar do “Particular” um ritual que era somente dos mais velhos e ele passa a ser frequentado por jovens convidados pelos nossos ancestrais, pelos nossos entes, isso foi e é um aspecto muito relevante da retomada do território D’zorobabé, com certeza! Antes da retomada nós vivíamos no Território novo buscando essa referência que ficou submersa, essa referência foi encontrada na escola porque levávamos a comunidade para dentro da

escola. Levávamos não, levamos a comunidade para dentro da escola para viver essa territorialidade. A partir do momento que a gente faz a retomada do D'zorobabé, esse levante vai se dar no âmbito do Território e não dentro do espaço de escola, entre quatro paredes. Agora no território, nas vivências cotidianas, então isso foi muito importante e é muito importante no reavivar dessa vivência no território D'zorobabé.

Telma: De que maneira a Aldeia Mãe Tuxá contribuiu para a construção da sua trajetória profissional?

Rosilene: A aldeia Mãe foi e é muito importante para minha trajetória profissional! Foi rememorando, revisitando, refletindo, lutando em prol do que o nosso povo viveu e vive que eu fui construindo a minha trajetória profissional. Antes de ir para o meu curso de graduação, na minha licenciatura intercultural, eu não era inserida no movimento (Se referindo ao Movimento Indígena da Bahia e Brasil), era muito jovem e meu mundo era minha família na convivência com meus muitos irmãos e meus pais e meus avós e meus primos, então eu não era uma pessoa que saía da aldeia, e assim não era inserida no movimento. Quando eu fui para o meu curso de licenciatura intercultural, eu me vi imbricada em ter a obrigação de lutar pelo meu Território, lutar pelo meu Povo, mas como assim? Em uma das primeiras atividades do meu curso, dizia o seguinte: “descreva sobre o seu território” e aí nessa descrição sobre o meu território eu me vi numa questão de memória, porque naquele momento meu território já estava submerso, e aí como eu ia descrever meu território? Fiquei a refletir sobre isso, fiquei perdida e de repente um estalo me apareceu e eu fui escrevendo sobre o meu território e escrevendo o que estava na minha memória, o que estava nas histórias contadas pelos meus pais, principalmente pela minha mãe, pelo meu tio Bidu e fui escrevendo, foi aí que eu percebi que o meu território era um território de memória, que o território atual não refletia sobre a minha originalidade. A minha ancestralidade, a minha originalidade estava no território submerso. Até então a gente ainda não tinha feito a retomada território D'zorobabé, então o que nós tínhamos era a nova aldeia construída pela empresa CHESF que fugia de toda uma lógica de comunidade e com o tempo nós fomos reconstruindo essa lógica de comunidade. Foi aí que

eu me vi imbricada em pesquisar cada vez mais sobre o meu Povo, pesquisar na expectativa de sistematização do conhecimento, porque a pesquisa estava na minha memória, a pesquisa estava nas minhas vivências, estava na minha mente e o que eu tinha que fazer era sistematizar esse conhecimento. Foi aí que eu escrevi sobre o impacto de barragem, pesquisei sobre o impacto de barragem, isso foi me dando asas, né? “Eu costumo dizer que eu sou pássaro”, pássaro porque (pausa para respiro fundo) eu gosto de sair para além do meu conforto e buscar novos desafios e nessa busca de novos desafios, eu pude reavivar todo o impacto de barragem sofrido pelo meu povo. As perdas, os danos, a extinção da fauna, da flora e todo impacto ambiental que sofremos e o quanto isso foi duro! Isso foi contribuindo com a minha trajetória profissional, claro né? E aí veio a pesquisa sobre a escola que se concebia na comunidade, que escola queremos? Que modelo de escola é esse? Então nossa escola surge numa perspectiva intercultural, ela surge em um contexto amparada no que orienta a legislação da Educação Escolar Indígena que é uma escola própria, uma escola comunitária, uma escola intercultural e aí eu fui escrever sobre essa escola, depois eu fui escrever sobre o trabalho dos profissionais da Educação na minha comunidade nesse processo de uma construção de um currículo intercultural, tudo isso foi contribuindo mais na frente com a minha trajetória profissional. Quando fui egressa da licenciatura intercultural, eu fui convidada a assumir um cargo público no Estado da Bahia, estava terminando uma especialização no CESVASF que também me proporcionou um convite para atuar nessa faculdade, então os dois convites que vieram para minha vida, minhas primeiras experiências fora da minha comunidade, do meu município, foi justamente pela minha sistematização de conhecimento a partir da graduação e pós-graduação e com certeza, o que eu trazia sobre sistematização do conhecimento do meu povo contribuiu com a minha trajetória profissional. Uma questão importante nesse processo é que meus pais sempre nos apoiaram, nos incentivaram a buscar, a estudar, a frequentar a escola e nós já tínhamos a experiência das nossas primeiras professoras que saíram, que foram trabalhar na Funai, então assim, nós Povo Tuxá, já tínhamos uma experiência com Educação Escolar e de saída do território a busca dessa profissionalização e depois o retorno. A primeira diáspora do Povo Tuxá

acontece com a saída das professoras e o retorno delas para consolidação de um modelo de educação intercultural e é nesse contexto que a minha trajetória profissional se instala e com certeza a Aldeia Tuxá mãe contribui muito com isso, porque esse contexto de educação formal já era uma coisa constituída na nossa comunidade e esse compromisso que nós sempre tivemos com o nosso povo e com a nossa comunidade vai impactar muito fortemente na construção da minha trajetória profissional.

Telma: Diante do cenário sociopolítico, como você avalia o momento atual para as lutas dos povos originários?

Rosilene: Nós vivemos os últimos seis anos em um contexto sociopolítico de retrocesso muito grande nas políticas, não só na política educacional, mas na política dos Povos Originários como um todo. A nossa legislação foi abalada, foi ameaçada, a nossa lei maior, a Constituição, foi ameaçada mesmo. Então assim, retomar o que se parou há 6 anos atrás está sendo um desafio muito grande, porque foram seis anos, parece pouco, mas foi o suficiente para desconstruir todo um cenário que estava se consolidando. Uma construção já é morosa, mas uma desconstrução é muito rápida. Nós perdemos muito nos últimos 6 anos e é desafiador hoje a luta dos povos indígenas, mesmo com contexto político favorável, as lutas são imensas, elas não cessam. O tempo todo nós temos que lutar para que o nosso cenário sociopolítico da Educação, da Política, da Saúde, da territorialidade seja ouvida, respeitada em nossos contextos territoriais. O fato de estar vivendo um momento político que podemos dizer que é nosso, isso não faz as nossas lutas serem menores. As nossas lutas são imensas, continuam sendo muito desafiadoras e nós não podemos cruzar os nossos braços e dizer que nós estamos em bons caminhos, a gente precisa lutar todos os dias para que de fato a gente vá construindo um bloco a cada dia, de cada vez, a nossa construção se dá em cada atitude nossa, em cada atuação que o movimento fala e faz para que os nossos muros sejam construídos, então a gente coloca um bloco a cada dia. A nossa luta é uma luta que não cessa, infelizmente é assim o nosso país, mesmo nós estando amparados por uma legislação, nós precisamos o tempo todo dizer que nós estamos aqui, que nós precisamos ser ouvidos e atendidos para que de fato as nossas territorialidades sejam respeitadas.

Telma: Considerando sua posição hoje no Ministério da Educação, quais ações que estão planejadas e/ou implementadas para a Educação Escolar Indígena?

Rosilene: Um primeiro ponto a ser considerado é a consolidação de políticas que consideramos importante para a Educação Escolar Indígena, seja ela na educação básica ou no ensino superior. Então, as políticas que nós consideramos importantes de serem mantidas e fortalecidas foi a primeira coisa que nós pensamos em consolidar, uma delas é a política de acesso e permanência dos estudantes indígenas na universidade, hoje entendemos que a universidade é fundamental para o processo de decolonização da educação e dos contextos vividos pelos povos indígenas, essa é uma política que o MEC tem hoje como prioridade para atender o acesso, a permanência de estudantes indígenas na graduação e na pós-graduação, outra é o fortalecimento da política de amparo e de apoio às licenciaturas interculturais, as pedagogias interculturais e o cursos interculturais indígenas, nós estamos dialogando com os reitores das instituições ensino superior para que de fato tenham esses cursos interculturais institucionalizados em suas instituições, e que realmente esses cursos possam ser institucionalizados e que tenham garantido um quadro de profissionais para que possamos garantir a oferta de vestibulares específicos, de seleções específicas, com entrada em todos os anos. Isso que a gente quer, isso que a gente tem buscado! Uma outra ação importante é a ação de formação continuada de professores, nós ainda temos um desafio muito grande que é a qualificação de professores para dar a garantia da oferta da educação básica nos territórios indígenas, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Essas três ações são ações prioritárias que consideramos importante para que a gente tenha lá na frente um quadro de profissionais indígenas qualificados para garantir a oferta da Educação Básica. As ações de pactuação com os entes federados são também de suma importância. Nós sabemos que o Ministério da Educação é responsável pela Educação Escolar Indígena, mas a sua execução se dá no âmbito dos estados e municípios, então é preciso fortalecer as relações com os entes federados e o principal canal de financiamento da educação escolar no âmbito dos estados e município é via plano de ações articuladas, o PAR, que é o canal de

financiamento. A gente tem feito esse diálogo, a gente tem chamado os secretários de Estado para essa conversa, para essa pactuação, porque a gente entende que o grande desafio é fazer a execução lá na ponta. Para além das atividades em andamento nós convocamos e republicamos a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, portariada, porque entendemos que não dá para pensar política de educação escolar sem a participação dos povos indígenas. A comissão é uma comissão consultiva de planejamento das políticas da Educação Escolar Indígena. Estamos também lançando uma outra comissão que é a comissão que vai trabalhar com os processos de alfabetização, nós estamos inserindo a nossa rede de Ação Saberes Indígenas no comitê estratégico Nacional do compromisso Criança Alfabetizada, a nossa rede de Ação Saberes Indígenas ela vai estar dentro do compromisso criança alfabetizada da SEB no MEC, por que isso? Porque nós entendemos que a Ação Saberes Indígenas na Escola, que é uma ação de formação de professores, formação continuada, tem sido hoje o principal canal de processo de alfabetização, letramento, numeramento e produção de material didático, especificamente material nas línguas indígenas. Consideramos que o processo da alfabetização das crianças indígenas precisam passar por profissionais qualificados e tendo materiais nas línguas indígenas, então a rede saberes indígenas tem sido esse canal, o canal mais importante de formação de produção de conhecimento a partir das realidades indígenas, das realidades in loco, com a participação desse sujeitos atores e produtores do seu próprio conhecimento. Levar a Ação Saberes Indígenas para dentro do comitê estratégico nacional do compromisso Criança Alfabetizada é garantir que essa produção de conhecimento continue com a sua autonomia, como é a rede Ação Saberes Indígenas e que o comitê estratégico Nacional do compromisso da Criança Alfabetizada, possa ter esse olhar direcionado, específico, porque as pessoas que estão e os profissionais que estão envolvidos com a formação continuada da Ação Saberes Indígenas, eles conseguem hoje dá conta dessa especificidade, o que o programa PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, não conseguiu dar conta até então, né? Então é a gente trazer essa rede para dentro desse compromisso para garantir as especificidades culturais e identitárias e linguísticas dos povos indígenas no processo de alfabetiza-

ção, a gente está apostando que essa política vai ser muito bom para consolidação da sistematização do conhecimento e da produção de conhecimento no processo da alfabetização das crianças indígenas. Outra ação importante e que por sinal o lançamento dela vai ser agora na próxima quinta-feira (*a data foi 21 de setembro de 2023*) é o PARFOR Equidade. Que é uma parceria da SECADI com a Capes que é um programa de formação de professores para Primeira Licenciatura, Segunda Licenciatura e Pedagogia Intercultural, mas que garante também toda especificidade de um projeto de curso pensado com a população indígena e também com a participação de notório saber, do sábio indígena que vai estar neste curso como professor-formado. A gente está apostando que esse edital PARFOR Equidade, que vai ser lançado agora na próxima quinta-feira, será uma grande proposta para expandir a formação de professores indígenas. A gente ainda tem um gargalo, como disse, que é dar continuidade ao Fundamental anos finais e Ensino Médio em muito territórios indígenas, porque a gente não tem professor com formação, e agora a gente quer expandir isso não só com as Licenciatura e Pedagogias Interculturais no âmbito das Universidades e Institutos Federais e Estaduais, mas também, em cursos específicos, como o PARFOR. Pensando em planejamento, estratégia, política, governança da Educação Escolar Indígena, a gente entende que o modelo que é posto nessa configuração dos entes Federados - municípios e estados e Ministério da Educação, não conseguem dar conta das especificidades. Para isso foi lançado um decreto presidencial dos Territórios Etnoeducacionais - TEEs, mas avaliamos hoje que a política dos Territórios Etnoeducacionais é ainda uma política muito importante para melhoria da consolidação da Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada, no entanto, é preciso fazer uma melhor gestão dos TEEs, uma melhor governança dos TEEs e nós estamos justamente pensando essa reestruturação, pensando não, redesenhando já essa reestruturação dos territórios educacionais, mês que vem a gente vai ter 16 (dezesesseis) consultores já contratados para ir a campo, para que a gente possa reativar os Territórios Etnoeducacionais, reconstituir as comissões e nós estamos construindo uma governança que possa estar mais próxima desse territórios, estamos desenhando uma governança onde possamos ter estruturas de governança de extensão do MEC nos

Territórios Etnoeducacionais, então serão extensão do MEC que estarão nas regiões dos Territórios Etnoeducacionais, para estar mais próxima dessa governança onde vai interligar Territórios Etnoeducacionais e Ministério da Educação. Então nós vamos ter uma estrutura de coordenação nacional do Ministério da Educação, com a participação social Interfederativa e consultiva, quanto associações indígenas, indigenistas, ministérios, órgãos públicos subnacionais, instituições de ensino superior. Essa estrutura vai dialogar com o primeiro Plano de Educação Escolar Indígena, primeiro PNEEI, que está estruturado por eixos, então a gente está acreditando, apostando que esse sistema de governança vai dar um resultado melhor à Educação Escolar Indígena. Nós pensamos em uma política melhor consolidada, está se discutindo no âmbito nacional a criação do Sistema Nacional de Educação como um todo e nesse sistema nacional nós vamos estar ali como subsistema do Sistema Nacional. O subsistema que é nomeado de Territórios Etnoeducacionais, então os TEEs serão na política um subsistema do Sistema Nacional de Educação, isso virando lei, nós vamos ter uma estrutura garantida para que possamos criar as regionais do MEC nos Territórios Etnoeducacionais, essa é a proposição dos próximos tempos que virão com a consolidação do Sistema Nacional de Educação.

Telma: Qual sua expectativa para sua atuação na pasta do MEC?

Rosilene: As minhas expectativas, em relação a minha atuação no MEC (pausa para reflexão)! Nós estamos construindo, reconstruindo na verdade, toda uma relação de entes federativos. Quando retoma essa relação se cria expectativas muito positivas, nos encontros que nós já tivemos com reitores das instituições de ensino superior, com secretários de Estado, com a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, com as diversas secretarias do MEC, tem nos dados, nos proporcionado um gás importante para que possamos ter esperanças em dias melhores. A relação que nós estamos construindo enquanto coordenação, que hoje deixa de ser Coordenação de Educação Escolar Indígena vinculada a Diretoria da Educação do Campo, que era Campo, Indígena e Ambiental para passar a ser Coordenação Geral de Política Educacional vinculada diretamente ao gabinete da SECA-DI. E nessa relação que estamos construindo com as diversas secretarias do

MEC, como a CAPES, como a SESU, como a SEB, o próprio FNDE, essas relações estão nos mostrando muitos caminhos possíveis. Claro que as coisas não se dão de forma tão simples para que possamos ver os resultados de forma unânime, as coisas vão acontecendo aos poucos, a gente vai vendo o resultados por regiões, por pontos, por política, mas eu considero importante essa relação que construímos e que estamos construindo com outras Secretarias do Ministério e com outros Ministérios, como o Ministério dos Povos Indígenas, com outras relações para que a gente possa ter um melhor atendimento à Educação Escolar Indígena. Pensar essa nova roupagem na política educacional dos Povos Indígenas e colocando os Territórios Etnoeducacionais como subsistema do Sistema Nacional e tendo todo esse diálogo, essa abertura para os diálogos internos com o Ministério da Educação, a gente consegue sim ter expectativas positivas para dias melhores na Educação Escolar Indígena. Como eu disse, é claro que isso requer toda um desafio a ser enfrentado, principalmente porque ela, a SECADI e o MEC como todo, perdeu percentual muito significativo de recursos humanos com a criação de novos ministérios, então nós temos poucos recursos humanos, poucos profissionais no âmbito do Ministério, no âmbito da Coordenação de Política da Educação Escolar Indígena para que possamos chegar com mais celeridade nas instâncias governamentais locais. Esse é um grande desafio, a gente tem uma equipe reduzida, mas é uma equipe que tem trabalhado muito porque acredita nos resultados e estamos vendo os resultados positivos. A minha atuação no MEC, é claro que ela é um desafio, né? mas ela não é uma coisa nova. Não é uma atuação nova, devido já ter passado por essa experiência no âmbito do Estado quando fui gestora de Educação Escolar Indígena no Estado da Bahia e também quando fui gestora do curso de Licenciatura Intercultural na Universidade Federal do Amapá, onde foi coordenadora de curso e professora, essa experiência de gestão no âmbito do Estado e no âmbito da Universidade, com certeza, proporcionaram um certo conforto para a minha atuação na pasta do MEC, por já conhecer os caminhos das Pedras, vamos dizer assim. Por já entender de gestão pública, por já entender que os caminhos precisam ser trilhados e precisam ser buscados e essa vontade de fazer está em mim, né? então vamos que vamos!

Telma: Como você resumiria o contexto da Educação Escolar Indígena no Bahia e Brasil?

Rosilene: A Educação Escolar Indígena na Bahia tem se consolidado aos pouquinhos, né? Eu digo consolidado, no sentido da consolidação de uma Educação Específica e Diferenciada. A partir do momento que nós criamos lá atrás as matrizes curriculares de referência da escola indígena, a gente consegue dar essa cara de autonomia para que as escolas possam construir currículos específicos. A Bahia é um Estado que tem proporcionado essa construção e nós temos um quadro de profissionais indígenas muito qualificado. É claro que isso não é de forma genérica, nós temos ainda também uma precarização de profissionais que atuam nas escolas indígenas, mas nós temos um número muito grande de profissionais qualificados e que tem mostrado que essa escola diferenciada é possível e a gente vê muito fortemente o resultado disso quando os estudantes dessas escolas saem para prestar vestibular, concurso e seleção lá fora, na sociedade não indígena, a gente vê esse resultado positivo. Então a Bahia, ela não está ruim nesse aspecto, mas nós temos ainda que melhorar muito em muitos aspectos, não quer dizer que nossa educação na Bahia é sucesso, pelo contrário, nós temos que avançar muito, temos que melhorar muito. A criação da Carreira de Professor Indígena foi um avanço, com certeza! Nós saímos da precarização de contratos temporários, mas nós entramos em uma outra precarização porque entramos na carreira de subsídio, nós entramos numa precarização de não reconhecimento da profissionalização indígena no que se refere a plano, cargos e carreira. E que tem sido uma luta dos profissionais da Educação Indígena na Bahia alterar a carreira, que aos poucos estamos alterando, mas isso ainda é um desafio. Nós temos essa precarização na valorização da carreira de profissionais da Educação Escolar Indígena na Bahia, mas por outro lado a gente tem avançado nos processos de construção de currículos específicos, de produção do conhecimento, sistematização do conhecimento. Como disse, os resultados das nossas crianças, dos nossos jovens que saem da escola indígena para prestar vestibular, para prestar concurso a gente vê isso muito positivo, e a gente vê também o retorno desses para a comunidade. Os nossos profissionais da educação que saem para se qualificar, eles têm esse feedback, eles retornam para

comunidade e isso é muito positivo. É claro que temos que avançar em muitos aspectos, principalmente, na produção de material didático específico, na qualificação dos espaços escolares, na formação de professores que ainda temos um déficit, mas a Bahia tem sido pioneira em muitos aspectos importantes para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena Diferenciada e pensar esse currículo diferenciado, de pensar diretrizes específicas de Educação Escolar Indígena para os povos indígenas da Bahia. Em se tratando de Educação Escolar Indígena no Brasil nós podemos dizer, que temos muitas experiências exitosas com a iniciativa de escolas e de povos, que conseguem fazer uma escola de fato diferenciada, com resultados positivos para o letramento, numeramento, currículo, alfabetização das crianças, enfim, nós temos escolas com experiências muito exitosas, mas nós temos também escolas com experiências desastrosas. Então esse é o desafio, isso vem principalmente pelo descompromisso que os gestores públicos têm para com a Educação Escolar Indígena. É claro que nós temos diversos territórios com suas peculiaridades e suas dificuldades de acesso e isso configura um desafio muito grande e por conta disso, muitos territórios não conseguiram melhorar as redes físicas das estruturas das escolas, não conseguem garantir a continuidade da oferta da Educação Básica, porque não tem formação de professores. A formação de professores ainda é um desafio muito grande quando pensamos no contexto do Brasil. Nas escolas, nos Estados, nas regiões que ainda não tem nos territórios indígenas escolas de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio é porque não se teve e não se tem uma política célere de formação de professores e para tanto, é preciso investir na formação de professores, é preciso investir em cursos de licenciaturas interculturais, de pedagogias interculturais e de outros cursos interculturais para que a gente possa avançar com a oferta do Ensino Médio e do Ensino Fundamental Anos Finais nos Territórios Indígenas. É pensando nessas dificuldades que nós temos que estruturar uma outra governança para o sistema de Educação Escolar Indígena. Por que de fato a política de educação específica diferenciada precisa chegar, nós precisamos dar oportunidade aos egressos dessas licenciaturas, das pedagogias interculturais, para que possam estar nas respectivas escolas em seus respectivos territórios. É preciso investir em concurso público

específico para professores indígenas, porque esses são inseridos em seus contextos culturais e linguísticos, então é preciso ter concurso específico, é preciso investir nas carreiras específicas, criar carreira específica dos profissionais de Educação Escolar Indígena para ter maior valorização, para ter uma garantia de continuidade desses profissionais na escola. Há uma descontinuidade muito grande, porque é um percentual de contratos temporário muito grande, só para se ter uma ideia nós temos 81% dos professores indígenas com contratos temporários, isso dá uma descontinuidade muito grande dos profissionais, isso provoca, também, uma desqualificação nos processos de ensino e aprendizagem, de estratégia didáticas pedagógicas, de processo de alfabetização das crianças, devido a essa descontinuidade desses profissionais, o percentual de professores efetivos é muito pequeno, apenas 18% dos nossos professores são efetivos, então isso não dá uma garantia de continuidade da educação escolar nas escolas. É preciso investir na qualificação da política de Educação Escolar Indígena no Brasil, mas nós temos experiências que servem de referências não só para outras escolas do Brasil, mas para outras escolas de outros países, nós somos referência, com todas as nossas precarizações, nós ainda somos referência em alguns contextos da Educação Escolar Indígena.

Telma: Sabendo que sua trajetória perpassa pela formação da primeira turma de Licenciatura Intercultural, como você avalia o papel dessas licenciaturas hoje?

Rosilene: Os cursos de Licenciatura Intercultural e de Pedagogia Intercultural são de fundamental importância para se pensar e para se construir, para se consolidar os currículos interculturais das escolas indígenas. São nesses cursos que se constrói um currículo específico e se tem um processo de ensino-aprendizagem decolonial, que pensa um currículo intracultural e intercultural de valorização identitária, de valorização cultural, de valorização das territorialidades, dos contextos vividos pelos povos indígenas. Os espaços de diálogo, de vivências, de experiências, sistematização do conhecimento das línguas indígenas, do reavivar das línguas, das retomadas das línguas, da rememoração das ancestralidades, das vivências culturais identitárias, dos rituais. Esses cursos interculturais, tanto as licenciaturas

quanto as pedagogias que são cursos específicos, são necessários para o contexto das escolas indígenas para a construção de um currículo diferenciado. Não dá para pensar em uma escola indígena e construir um currículo específico sem profissionais que passaram por essa formação. É de fundamental importância, esses espaços que são espaços de fortalecimento de toda uma cosmologia, toda uma epistemologia dos povos indígenas.

Telma: E os programas de Formação Continuada para professores indígenas, como você os avalia?

Rosilene: Nós temos muitas experiências de formação continuada, nós temos modelos distintos de formação continuada de professores e cada um é cada um, né? mas como eu disse tem um que gosto muito, que é o curso da Ação Saberes Indígenas na Escola, porque esse curso dá autonomia para o grupo pensar esse formato em conjunto, pensar esse projeto de curso a partir das experiências vividas, a partir das experiências *in loco*, a partir das necessidades *in loco*. Esse curso da Ação Saberes tem crescido bastante e ganhando construções distintas, ora pensando no letramento, ora pensando no numeramento, ora pensando na produção de material, ora pensando na sistematização das línguas indígenas, na construção de currículos e projetos pedagógicos específicos das escolas, dessa questão do currículo diferenciado. Ele tem seguido formato muito particular de cada realidade, isso é importante! É um dos cursos de formação continuada que eu considero de suma importância. Para além desse, com certeza, nós temos iniciativas de curso de formação continuada no âmbito das secretarias municipais, das secretarias estaduais e instituições de ensino superior que também tem formatos bem particulares, construído com a participação das pessoas indígenas, esses cursos de formação continuada e inicial, também, que são pensados com a participação do sujeitos indígenas têm uma peculiaridade que garante esse pensar de um currículo específico, esses são os cursos que eu considero importantes. Agora, cursos de formação continuada e também Inicial, que não são pensados, não são construídos observando as realidades indígenas, são cursos que não vão ter um resultado positivo para ter retorno para a comunidade. Com certeza será um curso que vai ficar faltando alguma coisa, né? É claro que nem tudo é perdido, vai

ter um processo de formação, claro! Mas vai chegar no momento em que vai faltar conteúdo para que de fato tenhamos bons resultados no chão da escola. Bom, professora Telma, espero ter atendido as suas expectativas, eu espero que tenha dado tempo! Mais uma vez eu peço desculpas pela morosidade, de fato minha vida tá bem corrida e assim me coloco à disposição para que se tiver alguma questão a mais que queira fazer, me coloco a disposição e prometo que eu vou responder de imediato assim que você me mandar, beijo!